

LEITURA E ENSINO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Leonor Lopes Fávero
PUC/USP/CNPq

O trabalho examina a questão da leitura e do ensino da língua portuguesa na escola brasileira no século XIX, especialmente no Colégio de Pedro II, proposto como modelo. Sem imprensa até a chegada de D. João VI, o que levava necessariamente à impressão fora do país, os livros eram poucos e caros.

Não era possível que uma indústria colonial fizesse concorrência às da metrópole. (...) A tipografia portuguesa nunca chegou, nessa época, a ser uma verdadeira indústria. Permitir uma tipografia no Brasil era prejudicial aos impressores do Reino. Era também perigoso. Controlar o que se imprimisse num vasto território como o do Brasil, de maneira que não circulassem “a nossa Santa Fé”, não era somente difícil, era impossível.

(Borba de Moraes, 1979, p. 65)

Alfredo Ferreira de Carvalho (1908, p. 17) fala de pequena tipografia que imprimia letras de câmbio e orações e que teria sido fechada por ordem régia de 8 de julho de 1706, mas Martins (1957, p. 338), pesquisando o assunto, afirma não ter encontrado vestígios de Ordem Régia e encara com “prudente desconfiança a idéia de que tivesse existido uma tipografia no Recife, naquele ano”.

O alvará de 1720 de D. João V proibia a instalação no país de manufaturas, inclusive as dedicadas às “letras impressas”. Tentativas de burla não deram resultado, como a de Antônio Isidoro da Fonseca, impressor português que viu frustrada, em 1747, sua experiência de montar uma impressora no Brasil. Isidoro conseguiu imprimir quatro pequenos trabalhos: *Relação da entrada que fez o excellentíssimo e reverendíssimo senhor D. Fr. Antônio do Desterro Malheiro bispo do Rio de Janeiro em o primeiro deste ano de 1747*, redigida pelo juiz de fora Luis Antônio Rosado da Cunha, um folheto de vinte e duas páginas e os avulsos: *Em applauso do Excellentíssimo e Reverendíssimo senhor D. Fr. Antônio do Desterro Malheiro, Digníssimo bispo desta cidade*, com dezessete folhas em que as cinco primeiras continham um *Romance*

Heróico e as restantes epigramas em latim e um soneto em português e as *Conclusões Metafísicas*, tese escrita pelo jesuíta Francisco de Faria (Borba de Moraes, op. cit., p. 63).

Em 6 de julho desse mesmo ano, uma Provisão mandava fechar a tipografia e remeter todo o material para o Reino. Dizia a Provisão:

Faço saber a vós governador e capitão general da Capitania do Rio de Janeiro que por constar que desse reino tem ido para o Estado do Brasil quantidade de letras de imprensa, no qual não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, aonde as despesas são maiores que no reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis no mesmo tempo, em que dele devem ir as licenças da Inquisição do meu Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir, nem correrem as obras; portanto, se vos ordena que, constando-vos que se acham algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis sequestrar, e remeter para este reino por conta e risco de seus donos, a entregar a quem eles quiserem, e mandareis notificar aos donos das mesmas letras e aos oficiais da imprensa que houver, para que não imprimam livros, obras ou papéis alguns avulsos, sem embargo de quaisquer licenças que tenham para a dita impressão, cominando-lhe a pena de que, fazendo o contrário, serão remetidos presos para este reino à ordem do meu Conselho Ultramarino, para se lhe imporem as penas em que tiverem incorrido, na conformidade das leis e ordens minhas, e aos ouvidores e ministros, mandareis intimar da minha parte esta mesma ordem para que lhe dêem a sua devida execução e a façam registrar nas suas ouvidorias.

(o documento está em Lajolo e Zilberman, 1999, p. 123).

Com a chegada da Corte em 1808, D. João necessitava de uma tipografia que imprimisse seus atos e deliberações. Nos porões da nau *Medusa* viera, ainda encaixotada, uma tipografia completa encomendada na Inglaterra pelo futuro Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para sua Secretaria dos Negócios Estrangeiros; na opinião de Borba de Moraes (1993, XVII) o fato de não terem sido esquecidos os caixotes constitui mais uma prova do planejamento da transferência da Corte e não de uma fuga desordenada.

A instalação dessa tipografia deu-se de forma rápida, pois, tendo a Corte desembarcado na Bahia em 22 de janeiro, a 8 de março transferia-se para o Rio, de 13 de maio é o decreto que cria a Real Oficina Tipográfica e já nesse mesmo dia saía o primeiro impresso aí feito: a *Relação dos Despachos publicados na Corte...*, um folheto de 27 páginas que continham não só os despachos assinados no dia, mas todos os atos anteriores incluindo decretos, cartas, nomeação e promoção de oficiais do exército, “desde a feliz chegada de S.A.R.” e que não tinham sido publicados por falta de tipografia.

E o que se publicava nessa imprensa? Quem custeava as publicações?

O custo da impressão oficial era coberto pelo Estado, mas Nizza da Silva (1973, p. 445) admite que havia obras encomendadas e pagas pelo Estado, pois documento transcrito em parte por ela e aqui reproduzido a seguir, alude a essa possibilidade: a propósito de uma publicação contra os pedreiros livres, o conde de Linhares escreveu a José Bernardes de Castro, da Junta Diretora da Impressão Régia:

... sendo o folheto junto cheio de obscenidades, e não combatendo como era de esperar os falsos princípios e péssimas conseqüências, a ridícula seita dos pedreiros livres, deve ao menos deixar-se conhecer ao público que é obra que o governo consentiu que se imprimisse, mas que não mandou imprimir, e eu me lisongeio de que Vm. não imprimiu tal folheto por conta da Impressão Régia.

Quando isso não acontecia, eram os próprios autores que pagavam pela impressão e o faziam através de subscrição e, no caso de não haver subscritos em número suficiente para o custeio da obra, esta não viria à luz. O chamamento para a subscrição se dava ou por anúncios que o autor mandava publicar nos jornais ou por prospectos que enfatizavam o interesse e a utilidade da obra. Assim, Monsenhor Pizarro financiou suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, argumentando, no prospecto publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 73 de 1819:

Pretende o autor das memórias sobreditas levá-las à estampa, rogando por isso ao público assaz distinto (em utilidade de quem se desvelou) queira prestar-lhe o seu honroso obséquio de assinatura de 8\$000 réis.

(Id. *ibid.*)

Durante o período de 1808 a 1822, a Impressão Régia deteve o monopólio da imprensa e a censura se fazia com mão forte. O monopólio e a censura terminam somente em 1821 pela Constituição imposta a D. João após a Revolução do Porto em 1820. Segundo o mesmo Borba de Moraes (1979, p. 118), teriam sido impressos no período 1250 livros; Hallewell (1985, p. 144) afirma terem sido 1173 e Vale Cabral (1881, apud Martins, 1977, p. 29), 1154, o que representa um número significativo se considerarmos que em Portugal a Impressão Régia publicou 1230 obras em trinta e dois anos.

Exemplos de obras publicadas:

1808 – *Memória História da Invasão dos Franceses em Portugal no Ano de 1807*. Embora não assinado é de D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro.

- 1809 – *Elementos de Geometria e Tratado de Trigonometria* de Le Gendre e *Elementos de Álgebra* – obras destinadas aos alunos da Academia Militar.
Marília de Dirceu.
- 1810 – *Tratado de Aritmética* de Lacroix e *Tratado Elementar de Física* de Haüy – destinadas à Escola Militar
Tratado de Inflamação, Feridas e Úlceras de Antelmo Richerand.
- 1811 – *Compêndio da Obra da Riqueza das Nações* de Adam Smith, traduzida do inglês por Bento da Silva Lisboa; *Método Novo de Curar Segura e Prontamente o Antraz ou Corbúnculo e a Pústula Maligna* de Santa Ana Gomes. *Elementos de Álgebra* de Lacroix – para uso dos alunos da Escola Militar.
- 1812 – *Elementos de Geometria Analítica* de Longe; *Ensaio sobre os Perigos das Sepulturas dentro das Cidades e nos seus Contornos* de José Correia Picanço. *Variações dos Triângulos Esféricos* de Araújo Guimarães.
- 1813 – *Aforismos sobre as Hemorragias Uterinas e Puerperais* de Thomaz Denman; *Tratado de Ótica* de La Caille; *Plano dos Estudos de Cirurgia*.
- 1814 – *Elementos de Astronomia* para uso dos alunos da Escola Militar; *Aforismos sobre a Aplicação e Uso do Forceps e Vectis* – para uso das escolas médico-cirúrgicas.
- 1815 – *Elementos de Geodésia* de Araújo Guimarães; *Compêndios de Medicina Prática* de José Maria Bomtempo.
- 1816 – *Filosofia Química* de Fourcroy; *Ifigênia* de Racine traduzida em versos portugueses.

No período que precedeu a Independência (1821-1822) a Imprensa Régia só imprimiu cartas, discursos, panfletos, dentro da luta verbal pela Independência. Como se pode observar os livros didáticos estavam voltados para o ensino superior e para um ensino mais prático e mais utilitarista, diferente do que era ministrado pelos jesuítas e que se caracterizava por um sentido mais humanista e explicado pela política joanina em relação ao ensino. Sobre o fato assim se expressa Fernando de Azevedo em *A Cultura Brasileira* (1958, T. III, 69-70):

A obra de D. João VI, antes ditada pelas necessidades imediatas do que sugerida por qualquer modelo, lembra, sob certo aspecto, a obra escolar da Revolução. As escolas técnicas, na França, velhas e novas, já haviam acentuado o seu predomínio à medida que declinava a influência das universidades; e a ideologia da Revolução francesa propagava por toda a parte um preconceito anti-universitário. Todo conhecimento não utilitário, todo aquele que compromete a personalidade inteira do indivíduo, parecia-lhe suspeito. O que importava,

no clímax revolucionário europeu, favorecido pelo desenvolvimento das ciências e pelo declínio do prestígio das velhas universidades, era aquisição de uma certa técnica especial, de uma certa ciência limitada, de uma profissão.

Não se sabe até que ponto a tendência anti-universitária tenha influenciado na opção de D. João VI de criar escolas destinadas ao preparo de pessoas que atendessem ao serviço público. Era preciso providenciar a defesa da colônia: criam-se em 1808 a Academia Real da Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar para formar oficiais e engenheiros civis. E, por serem necessários médicos e cirurgiões para a Marinha (para tratar os doentes a bordo das naus) e o Exército (para cuidar da população das povoações logínquas), seguem-nas o curso de cirurgia na Bahia e de anatomia e cirurgia no Rio de Janeiro a que se acrescentam em 1809 os de medicina que em 1813, ampliados, vão constituir a origem do ensino médico.

Quanto aos livros para o ensino de língua portuguesa não foram muitos. Da *Bibliografia da Imprensa Régia* (1808-1822) apresentada por Ana Maria Camargo e Rubens Borba de Moraes (1993) constam:

A Arte de Gramática da Língua Portuguesa de Antônio José dos Reis Lobato em reedição de 1812. Essa obra publicada inicialmente em 1770 foi a primeira gramática de Português tornada oficial, pelo Alvará Régio de 1770 que determinava que “nas aulas de Letras os mestres sejam obrigados previamente a instruir os discípulos na Gramática Portuguesa” de Antônio José dos Reis Lobato

e, também:

Arte de Gramática Portuguesa do padre Inácio Felizardo Fortes que teve até 1862 uma dezena de edições.

Novo Epítome de Gramática Latina Moderna do frei Diogo de Melo Menezes, muito reeditado até 1824.

Compêndio da Gramática Inglesa e Portuguesa de Manuel José de Freitas de 1820. Diz no prefácio que resolveu publicá-lo “considerando o tráfico e as relações comerciais da nação Portuguesa com a Inglesa e a falta de um Compêndio da Gramática de ambas” (in Borba de Moraes, 1979, p. 117).

O estudo das línguas portuguesa e inglesa conjuntamente parece ser uma constante na época. Não nos esqueçamos de que a Inglaterra, ao contrário da França de Napoleão, era aliada de Portugal. Nizza da Silva (1974, p. 156) apresenta um anúncio publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro* em que isto se evidencia:

D. Catarina Jacob toma a liberdade de fazer ciente ao público, que ela tem estabelecido uma academia para instrução de meninas na rua da Lapa, defronte

da Exma. Duquesa, em que ensinará a ler, escrever e falar as línguas portuguesa, e inglesa gramaticalmente, toda a qualidade de costurar e bordar, e o manejo da casa.

Observa a autora que para a educação feminina eram consideradas matérias básicas ler, escrever, coser e bordar.

Lajolo e Zilberman (op. cit., p. 149) transcrevem a justificativa apresentada por Manuel José de Freitas à página 2 de sua obra para o ensino da gramática das línguas inglesa e portuguesa conjuntamente:

A gramática de qualquer língua polida sempre foi a chave, que dá entrada ao conhecimento (por não dizer ao templo) da razão humanas; e quando estamos bem possuídos de uma, o caminho é fácil para as outras. Sem alguma gramática, seja da língua nacional, seja de outra existente, ou morta como a latina e grega, não podemos expressar com propriedade e justeza os nossos pensamentos...

Como podemos ver, vigora a idéia de que muitos são os benefícios que se obtêm em aprender gramática e continua a crença num fundo de universais lógicos e de equivalência lógica entre as línguas e de que há um método para todas porque elas obedecem a uma ordem natural (Fávero, 1996).

Não há dúvida de que a presença da Corte e a criação de cursos superiores promoveram uma procura por livros que a Imprensa Régia não tinha como atender. A solução foi importá-los e Hallewell observa que entre 1808 e 1816 as livrarias que eram duas chegam a doze.

Lajolo e Zilberman (op. cit., p. 132) apresentam relação de livros importados, todos de publicação recente (obras estrangeiras, traduzidas, e obras portuguesas) que abasteciam essas livrarias, dentre os quais

Arte Poética de Horácio, traduzida por Cândido Lusitano; *Compêndio de Retórica, Elementos de Sintaxe, Introdução da Retórica, Retórica de Gilbert* (2 vols.), *Retórica de Quintiliano*, *O Consórcio das Flores* de Lacroix, *Fábulas Escolhidas* de La Fontaine, *Os Mártires* de Chateaubriand e, o grande escolhido, *Paulo e Virgínia* de Saint Pierre.

Além do mais os professores não podiam valer-se somente dos livros traduzidos, mas deviam, também, escrever os seus. Nizza da Silva (id., p. 144), ao transcrever os estatutos da Academia Militar do Rio, afirma:

Os professores podiam requerer a sua jubilação ao fim de 20 anos de exercício na cadeira e seu ordenado anual era de 400\$000 réis, além do saldo de sua patente; os substitutos ganhavam 200\$000 réis. A importância atribuída pelo Estado à elaboração dos compêndios era tão grande que nenhum lente poderia ser adiantado de posto ou receber recompensas sem ter elaborado um.

O Projeto da Constituição de 1823 prescrevia “uma escola para cada termo, um ginásio para cada comarca e universidades nos mais apropriados lugares”.

No ensino das primeiras letras vigorava o método lancasteriano “repartindo o ensino por decúrias, a fim de que os mais adiantados discípulos se exercitem no ensino dos menos adiantados... Criar-se-á em cada capital da província uma escola lancasteriana onde se ensinem e se habilitem os mestres que devem depois propagar este método por todo o Império” (projeto de reforma Januário Cunha Barbosa – 1826. O documento está em Moacyr, 1936, p. 150).

Falhadas essas soluções e dissolvida a Assembléia Constituinte, não houve tempo de promulgar nenhum projeto sobre a educação, o que vai ocorrer somente em 1827, quando uma lei determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos, além de escolas para meninas nas vilas e cidades mais populosas. A lei se restringia ao ensino de primeiras letras e com a aplicação do método lancasteriano, porém os resultados continuavam negativos.

Quanto ao ensino secundário, havia a proliferação de aulas avulsas e particulares, continuando o sistema das aulas régias inaugurado por Pombal no século XVIII. Deviam chegar a cem e consistiam no ensino do latim, comércio, geometria, francês, retórica e filosofia, e foram diminuindo com o tempo, até sua extinção em 1857, por não tratarem de todas as disciplinas necessárias aos exames preparatórios, por haver dificuldades por parte dos alunos de se deslocarem de uma residência do professor a outra, acabando por serem procuradas só por aqueles que, embora não tendo condições de ingressarem no ensino superior, queriam instruir-se. Assim, bem ou mal, as aulas avulsas prestavam serviço aos alunos menos aquinhoados economicamente.

Na tentativa de organizar de alguma forma o ensino, a partir do Ato Adicional de 1834 são criados os liceus provinciais que consistiam, na prática, de aulas avulsas reunidas num mesmo prédio: em 1835, o Ateneu no Rio Grande do Norte, em 1836 os Liceus da Bahia e da Paraíba e, finalmente, em 1837, na Corte, o Colégio de Pedro II.

Nesse ano, sob a regência de Araújo Lima, Ministro e Secretário da Justiça e Interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, o antigo, Seminário de S. Joaquim é transformado em colégio de instrução secundária com o nome de Colégio de Pedro II.

Como bem diz Haidar (1972, p. 95):

A história do ensino público na Corte reduz-se durante o Império à história do Colégio de Pedro II, o único estabelecimento público dessa natureza existente na cidade do Rio de Janeiro. Em tais condições, o conhecimento das intenções que nortearam as inúmeras reformas sofridas pelo Colégio criado por Vasconcelos equivale, de certo modo, ao conhecimento do pensamento oficial acerca da natureza e dos objetivos do ensino secundário.

No discurso pronunciado pelo então Ministro e Secretário de Estado e Justiça e Interino do Império, no ato de inauguração, podemos detectar alguns traços da natureza, dos objetivos e da filosofia a serem adotados. Afirma, assim, que um dos meios, e talvez o mais proveitoso, de fazer sentir os inconvenientes de um regulamento é a sua fiel e pontual observância.

Elogiando “o talento e a capacidade de morigerar-se da sociedade brasileira” observa ter o governo criado o Colégio “sem nenhum cálculo de interesse pecuniário, nenhum motivo menos nobre e patriótico, que o desejo da boa educação da mocidade e do estabelecimento de proveitosos estudiosos”.

Para a seguir a definir as intenções do Colégio:

Manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados; proscrever e fazer abortar todas as espertezas de especuladores astutos que ilaqueiam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis e rápidos progressos na educação de seus filhos; e repelir os charlatães que aspiram à celebridade, inculcando princípios que a razão desconhece, e muitas vezes, assustada, reprova.

Nesse mesmo discurso Bernardo de Vasconcelos deixa claro que o governo não pretendia que o Colégio substituísse os particulares, mas:

o intento do Regente Interino criando este Colégio é oferecer um exemplar ou norma aos que já se acham instituídos nesta Capital por alguns particulares; convencido como está de que a educação colegial é preferível à educação privada.

O modelo foi o francês (Portugal não era mais o único a ser seguido); a França cuja influência vem claramente expressa, diante do fracasso das Escolas Centrais, reimplantava, sob o Consulado e o Império, as escolas do Ancien Régime: predomínio das letras clássicas, ao lado das línguas modernas, ciências e história.

O currículo era seriado, até então apanágio dos seminários e se distribuía por oito séries, com uma ênfase acentuada nos estudos clássicos, latim e grego, o primeiro presente nas seis séries iniciais e o segundo, em três, e um número pequeno de aulas de gramática nacional, estudada somente nas duas primeiras séries. A razão de isto ocorrer tal vez esteja na clientela a que a Instituição se

dirigia: “destinado antes à preparação de uma elite do que à educação do povo” (Azevedo, op. cit., p. 572). Mantém-se de acordo com os desejos dessa elite que ao entrar na escola já dominava a norma culta: assim eram mais importantes o *latim* e a *retórica* do que a *gramática filosófica e nacional* para a qual dois anos eram mais do que suficientes.

O conhecimento do latim era tão valorizado que o *Plano de Estudos* para o ensino médico nas escolas de medicina de Salvador e Rio de Janeiro previa para o primeiro ano o estudo da anatomia porém no seu 10º item dizia:

10º podendo presumir-se que têm o espírito já acostumado os que souberem latim matricular-se-ão logo pela primeira vez no segundo ano, porque estes conhecimentos são necessários no exame das matérias do segundo ano.

Saber latim deveria ser, para o médico, mais importante que saber anatomia, continuando a valorização das *línguas sapienciais*, conforme as Instruções para os Professores de Gramática Latina, Grego e Hebraico e Retórica de 1759 (governo pombalino).

Digno de nota é o fato de que continua a idéia de que o estudo da língua portuguesa devia se limitar ao estudo da gramática.

Os primeiros professores eram especialistas e de renome: Justiniano José da Rocha, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Diogo Maze, Joaquim Manuel de Macedo, Januário da Silva Arvellos e Santiago Nunes Ribeiro.

A predominância das humanidades se acentuou na primeira grande reforma, uma das muitas que sofreu a Instituição durante o Império, em 1841, reforma Antônio Carlos, quando o curso passou a ser de sete anos e o estudo da *gramática geral e nacional*, título sem prestígio diante do *latim*, estava presente só no primeiro ano e o *latim*, cuja carga horária era maior do que a de qualquer outra disciplina, se estendia pelos sete anos.

Em 1856, pela primeira vez, foram propostos e aprovados os programas de ensino, organizados pelo Conselho Diretor. Foi um progresso porque também se indicavam os livros a serem adotados. Para o estudo das línguas o Conselho não estabeleceu normas, indicando, unicamente, leitura, gramática, conversação e versão fácil; para a disciplina gramática geral e nacional, o aluno, “depois de algumas preleções de gramática geral, aperfeiçoa-se na Gramática e Língua Portuguesa” (Macedo, 1942, p. 253). Como se vê, continuamos sob a influência da *gramática geral* e o livro adotado até 1877 é o de Cirilo Dilermando da Silveira. Em 1877 passam a ser adotadas a *Gramática Portuguesa* de Manuel Olímpio Rodrigues da Costa para o primeiro ano e a *Gramática* de Teófilo Braga, para o segundo. Com a reforma de 1882, a obra de Manuel Olímpio fica

para o primeiro ano e a *Gramática* de Júlio Ribeiro, para o segundo, saindo da influência da gramática geral.

Em 1857 um novo decreto altera algumas disposições nas disciplinas: a de gramática geral e nacional passa a denominar-se *Português* e já possui um programa:

Português – Gramática, Leitura

Recitação e exercícios ortográficos

Os livros propostos eram:

Cirilo Dilermando da Silveira – *Gramática da Língua Portuguesa*

Fr. Francisco de S. Luíz: *Sinônimos*; Barker: *Biblioteca Juvenil*

Pe. Antônio Vieira: *Cartas Seletas*

Pe. Caldas: *Poesias Escolhidas*

Quanto aos livros especialmente voltados para a produção escrita de textos (obras hoje conhecidas como *Livros de Redação*), pesquisa realizada por Fernandes (2001) mostra que o primeiro livro do gênero é o *Exercícios de Estilo* de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, publicado em 1885 e que teve inúmeras reedições até 1959. O aparecimento tardio desse livro confirma o que já foi dito: a única preocupação no estudo do Português era o estudo da “gramática nacional”.

Ao que tudo indica a vendagem de seus livros didáticos tinha um peso significativo dentro da Alves e Cia., conforme se confirma pelo fato de Francisco Alves em seu processo de expansão e domínio do mercado editorial de livros didáticos, ter adquirido a Livraria Melilo, de São Paulo, em função dos livros de João Köpke, publicados por esta editora, estarem concorrendo com os livros de Felisberto de Carvalho.

(Fernandes, 2000, p. 40)

O ensino ministrado no colégio-modelo, fortemente europeizante, “adaptado menos às condições especiais do meio do que às tradições morais e intelectuais do país”, manteve-se sempre fiel aos anseios de uma classe social que não se comunica com as demais; o discurso intelectual se divorcia da realidade social do país: nem a Independência nem o Romantismo chegam à escola. A valorização do que é nosso, as discussões sobre a língua que aqui falamos se evidenciam no ambiente literário (veja-se, por exemplo, a polêmica entre Alencar e Pinheiro Chagas), porém não chegam à escola, não repercutem ou pouco repercutem no ensino.

Azevedo (op. cit., p. 99) comenta que “Alencar não era um escritor ou poeta do cenáculo que não tivesse querido tocar senão algumas almas da elite, mas um romancista que não tendo o culto da elite, não teve de fazer esforço, para ceder à tendência popular” e talvez por isso não tivesse interessado à aristocracia que se ocupava das letras no país.

O Colégio de Pedro II foi a primeira tentativa do poder central de organizar o ensino regular no país; por isso, deveria constituir-se em modelo para os demais estabelecimentos, fornecendo “a cultura básica necessária às elites dirigentes” porém as inúmeras reformas por que passou e as próprias normas que regulamentavam o ingresso nos cursos superiores e que não exigiam a conclusão do curso secundário regular, acabaram por desfigurá-lo, não permitindo que realizasse seu objetivo inicial que era o de ser o estabelecimento padrão do ensino no país. Essa situação só vai ser revertida em 1890, no período republicano, pela reforma Benjamin Constant, quando passa a denominar-se Ginásio Nacional.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, F. de (1958). *A Cultura Brasileira*. 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 3 v.
- CAMARGO, A. M. de A & MORAES, R. B. de (1993). *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. v. 1, São Paulo, EDUSP/KOSMOS.
- CARVALHO, A. F. de (1908). *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908*. Recife, Jornal do Recife.
- FÁVERO, L. L. (1996). *As Concepções Lingüísticas no Século XVIII – A Gramática Portuguesa*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- FERNANDES, G. (2001). *Livros de Redação no Brasil: O Começo de uma História*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, USP.
- HAIDAR, M. de L.M. (1972). *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo, EDUSP/Grijalbo.
- HALLEWELL, L. (1985). *O Livro no Brasil (Sua História)*. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP.
- LAJOLO, M. & ZILBERMAN, R. (1999). *A Formação da Leitura no Brasil*. 3ª ed., São Paulo, Ática.
- MACEDO, J. M. de (1942). *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde.
- MARTINS, W. (1986). *A Palavra Escrita. História do Livro, da Imprensa e da Biblioteca*. 2ª ed., São Paulo, Ática.
- MORAES, R. B. de (1979). *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.

- _____. (1993). *A Impressão Régia no Rio de Janeiro: Origens e Produção*.
- SILVA, M.B.N. da (1973). “Livro e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821).” *Revista de História*. São Paulo, XLVI, nº 94, ano XXIV, abril-junho.
- _____. (1974). “Transmissão, Conservação e Difusão da Cultura no Rio de Janeiro (1808-1821).” *Revista de História*. São Paulo XLVII, nº 97, vol. XLVII, ano XXV, janeiro-março.